



SENADO FEDERAL

PARECER

Nº 548, DE 2006

Da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, E JUSTIÇA E CIDADANIA, sobre a Mensagem (SF) nº 135, de 2006 (nº 349/2006, na origem), que submete à consideração do Senado Federal, o nome da Senhora CÁRMEN LÚCIA ANTUNES ROCHA, para exercer o cargo de Ministra do Supremo Tribunal Federal, na vaga decorrente da aposentadoria do Ministro Nelson Azevedo Jobim.

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em votação secreta realizada em 17 de maio de 2006, apreciando o relatório apresentado pelo Senador EDUARDO AZEREDO, sobre a Mensagem (SF) nº 135, de 2006, opina pela aprovação da indicação da Senhora CÁRMEN LÚCIA ANTUNES ROCHA para compor o Supremo Tribunal Federal, nos termos do art. 52, inciso III, combinado com o art. 84, inciso XIV da Constituição Federal, por 23 votos favoráveis, — contrários e — abstenções.

Sala da Comissão, 17 de maio de 2006.

PRESIDENTE

RELATOR

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA

PROPOSIÇÃO: MSF Nº 233 DE 2005

ASSINAM O PARECER NA REUNIÃO DE 17/05/2006 OS SENHORES(AS) SENADORES(AS):

PRESIDENTE: <u>Antônio Carlos Magalhães</u>	
RELATOR: <u>Senador Eduardo Azeredo</u>	
BLOCO DA MINORIA (PFL e PSDB)	
ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES (<u>Presidente</u>)	1- ROMEU TUMA
CÉSAR BORGES	2- MARIA DO CARMO ALVES
DEMÓSTENES TORRES	3- JOSÉ AGRIPINO
EDISON LOBÃO	4- JORGE BORNHAUSEN
JOSÉ JORGE	5- RODOLPHO TOURINHO
JOÃO BATISTA MOTTA	6- TASSO JEREISSATI
ALVARO DIAS	7- EDUARDO AZEREDO (<u>relator</u>)
ARTHUR VIRGÍLIO	8- LEONEL PAVAN
ILIVÊNIO DA FONSECA	9- LÚCIA VÂNIA
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL e PPS)	
ALOIZIO MERCADANTE	1- ANTONIO JOÃO ⁽⁴⁾
EDUARDO SUPICY	2- PAULO PAIM
FERNANDO BEZERRA	3- SÉRGIO ZAMBIASI
MAGNO MALTA	4- PATRÍCIA SABOYA GOMES
IDELI SALVATTI	5- SIBÁ MACHADO <u>Sibá Machado</u>
ANTONIO CARLOS VALADARES	6- MOZARILDO CAVALCANTI
SERYS SLHESARENKO	7- MARCELO CRIVELLA ^(2,3)
PMDB	
RAMEZ TEBET	1- LUIZ OTÁVIO <u>Luiz Otávio</u>
(VAGO) ⁽⁶⁾	2- (VAGO) ⁽⁵⁾
JOSÉ MARANHÃO	3- SÉRGIO CABRAL
ROMERO JUCA	4- ALMEIDA LIMA
AMIR LANDO	5- WELLINGTON SALGADO <u>Wellington Salgado</u>
PEDRO SIMON	6- GARIBALDI ALVES FILHO
PDT	
JEFFERSON PÉRES	1- OSMAR DIAS

Atualizada em: 09/05/2006

(1) O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 08/06/2005.

(2) O Senador Marcelo Crivella filiou-se ao PMR em 28.09.2005.

(3) O Partido Municipalista Renovador (PMR) passou a denominar-se Partido Republicano Brasileiro (PRB), conforme certidão expedida pelo TSE em 27.03.2006.

(4) Vaga cedida pelo PT.

(5) O Senador Gerson Camata afastou-se do exercício do mandato em 04/05/2006 para assumir o cargo de Secretário de Estado no Estado do Espírito Santo.

(6) O Senador Maguito Vilela encontra-se licenciado do cargo durante o período de 08/05/2006 a 07/09/2006.

RELATÓRIO

RELATOR: Senador **EDUARDO AZEREDO**

Pela Mensagem nº 135, de 2006, do Senhor Presidente da República, o Senado Federal é chamado a se manifestar sobre a indicação da Doutora CÁRMEN LÚCIA ANTUNES ROCHA ao cargo de Ministra do Supremo Tribunal Federal, na vaga decorrente da aposentadoria do Ministro NELSON AZEVEDO JOBIM.

A Constituição Federal (arts. 52, III, *a*, e 101, *parágrafo único*) atribui ao Senado Federal competência privativa para aprovar, por maioria absoluta, previamente e por voto secreto, a escolha de Ministro do Supremo Tribunal Federal, após arguição em sessão pública.

Outrossim, o art. 101, II, *i*, do Regimento Interno desta Casa, confere a esta Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, competência para emitir parecer sobre indicações dessa natureza, obedecendo ao rito prescrito no art. 383, também da nossa Carta regimental.

Constam dos autos da presente mensagem o *curriculum vitae* da indicada, em obediência à prescrição regimental do art. 383, I.

A Doutora CÁRMEN LÚCIA ANTUNES ROCHA nasceu a 14 de abril de 1954, em Montes Claros, Minas Gerais, cidade da área de abrangência da SUDENE. Graduou-se em Direito pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, em 1977. Tornou-se Mestre em Direito Constitucional pela Faculdade de Direito da Universidade Federal de Minas Gerais, com a dissertação “Do Município no Sistema Constitucional Brasileiro”, defendida em 1982. Prosseguindo seus estudos doutorou-se em Direito do Estado pela Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo (1982/1983). Também especializou-se em Direito Empresarial, pela Fundação Dom Cabral e fez cursos de diversas línguas estrangeiras, em instituições especializadas.

Profissional de profícua carreira, a Doutora CÁRMEN LÚCIA ANTUNES ROCHA é Professora Titular de Direito Constitucional da Faculdade de Direito da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, sendo Coordenadora do Núcleo de Direito Constitucional. Exerce a advocacia, sendo também Procuradora do Estado de Minas Gerais, tendo ocupado ainda o cargo de Procuradora Geral do Estado. Tem participado de bancas de diversos concursos públicos.

Entre os livros de autoria da ilustre Professora destacamos “Princípios Constitucionais da Administração Pública”, publicado pela Editora Del Rey e “Princípios Constitucionais dos Servidores Públicos”, publicado pela Editora Saraiva. Deve ser feita referência especial, ademais, à obra coletiva “Perspectivas do Direito Público” em homenagem a SEABRA FAGUNDES, organizada pela indicada, que tem também dezenas de artigos publicados em revistas especializadas e na imprensa em geral.

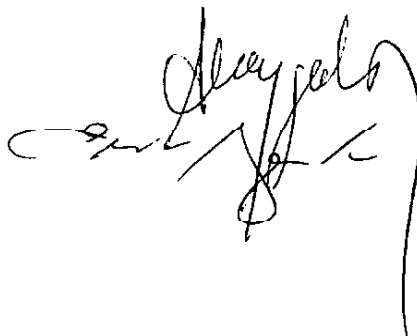
Outrossim, a Doutora CÁRMEN LÚCIA ANTUNES ROCHA tem intenso engajamento em atividades de intercâmbio na área jurídica, com participação registrada em mais de trezentas conferências, palestras, aulas e debates, nos quais discorreu sobre diversos temas do Direito.

Por outro lado, a douta indicada tem participado de diversas comissões e conselhos ao longo de sua vida profissional, de que destacamos: Comissão de Estudos Constitucionais do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, desde 1994; Comissão de Estudos para a Reforma Eleitoral, formada pelo Tribunal Superior Eleitoral (1995); Comissão de Juristas formada em 1996 pelo Ministério da Justiça para a elaboração de Anteprojeto de Lei sobre normas e procedimentos administrativos; Comissão de Ética Pública da Presidência da República (2004); Coordenadora do Fórum pela Moralidade das Eleições, instituído pela Ordem dos Advogados do Brasil (2005).

Por fim, cabe ainda anotar que a ilustre jurista foi agraciada com diversos prêmios e condecorações.

Diante do exposto, entendemos que os Senhores Senadores integrantes da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania dispõem de suficientes elementos para deliberar sobre a presente indicação.

Sala da Comissão, 17 de maio de 2006

The image shows two handwritten signatures in black ink. The top signature is more elaborate and cursive, while the bottom signature is simpler and more direct. Both are positioned to the left of their respective titles.

, Presidente

, Relator

Publicado no **Diário do Senado Federal** em 18/5/2006

Secretaria Especial de Editoração e Publicações do Senado Federal – Brasília – DF
(OS:13000/2006)